

**EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL DE 1ª E 2ª PRAÇA
4ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL XI – PINHEIROS – SP**

EDITAL DE HASTA PÚBLICA A SER REALIZADO EM 1ª E 2ª PRAÇA do bem imóvel descrito abaixo, para conhecimento e cientificação das executadas: **HASPA HABITACAO SAO PAULO IMOBILIARIA S/A (CNPJ: 61.684.551/0001-06)** e **LARCKY GESTAO E PARTICIPACAO LTDA (CNPJ: 35.945.542/0001-11)**, bem como da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO (CNPJ: 46.523.056/0001-21)**, e dos demais interessados, na forma da lei.

A MM. Juíza de Direito Dra. Vanessa Bannitz Baccala da Rocha, da 4ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, foi determinada a alienação judicial eletrônica do bem imóvel abaixo descrito, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, observadas as regras e condições a seguir estabelecidas.

Processo nº 0019414-68.2011.8.26.0011 – Cumprimento de sentença

Trata-se de Cumprimento de Sentença promovido por **ESPÓLIO DE ESTANISLAU BINELLI (CPF: 024.560.368-91)**, **ZELITA LOPES BINELLI (CPF: 303.362.078-75)**, **RITA DE CÁSSIA LOPES BINELLI (CPF: 118.368.948-99)** e **MARCOS LOPES BINELLI (CPF: 047.507.858-65)** em face de **HASPA HABITACAO SAO PAULO IMOBILIARIA S/A (CNPJ: 61.684.551/0001-06)** e **LARCKY GESTAO E PARTICIPACAO LTDA (CNPJ: 35.945.542/0001-11)**.



DO BEM IMÓVEL:

ENDEREÇO DO IMÓVEL: Rua Gabriel Cardoso Filho, nº 75, Vila Maria de Maggi, CEP: 08680-170 Suzano/SP, (antiga Travessa Três, nº 75).

DADOS DO IMÓVEL		
INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº	32.023.010	
MATRÍCULA IMOBILIÁRIA Nº	17.880	Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Suzano/SP



DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: UM IMÓVEL RESIDENCIAL com 54,43 m² de área construída, situado à Travessa Três, nº 75, Vila Maria de Mazzi ou Maggi, Suzano/SP, em terreno com área de 125,807 m², medindo 5,553 m de frente; 22,75 m pelo lado direito; 22,75 m pelo lado esquerdo; e, nos fundos, a mesma largura da frente. Confronta-se, à direita, com a casa nº 81; à esquerda, com a casa nº 69; e, nos fundos, com o nº 74 da Rua Areal. Conforme Av.15, o endereço atual é Rua Gabriel Cardoso Filho, nº 75, CEP 08680-170. Matrícula nº 17.880 do C.R.I. de Suzano/SP.

ÔNUS DA MATRÍCULA IMOBILIÁRIA				
REGISTRO	DATA	ATO	PROCESSO/ORIGEM	BENEFICIÁRIO/OBSERVAÇÕES
Av.20/17.880	16/10/2025	Indisponibilidade de bens	Processo nº 10012906420165020075	LARCKY GESTÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA., determinada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – TRT-2, conforme consignado no Registro nº 12.269 do Livro de Registro de Indisponibilidade de Bens desta Circunscrição.



OBSERVAÇÕES:

OBS. 01: A penhora do imóvel objeto da matrícula nº 17.880 foi deferida por decisão proferida em **03/11/2025 (fls. 1506)**, a qual serviu como termo de penhora, com a nomeação da executada e **LARCKY GESTAO E PARTICIPACAO LTDA** como depositária.

RECURSOS EM ANDAMENTO: Conforme os documentos analisados, não foi identificado recurso pendente especificamente contra a decisão proferida em **24/08/2026**, que determinou o prosseguimento do leilão judicial.



AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R\$ 200.508,42 (Duzentos mil, quinhentos e oito reais e quarenta e dois centavos), em novembro de 2025, conforme laudos de avaliação de **fls. 1531/1548**, considerando a média das avaliações, conforme decisão de **fls. 1569**.

AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R\$ 204.756,22 (Set/2026). O valor da avaliação será atualizado até a data da realização do leilão pelo índice do E. TJ/SP, conforme expressamente determinado na decisão de **24/08/2026 (fls. 1578)**.



DÉBITOS TRIBUTÁRIOS: Conforme extrato de débitos do IPTU/2026 consultado, constam em aberto as parcelas de nº 07 a 10, indicadas como vincendas na data da extração do referido documento. Consta, ainda, débito inscrito em dívida ativa, referente à Guia nº 12.749/2026, no valor de **R\$ 233,58**. Os débitos tributários relativos ao imóvel sub-rogam-se no preço da arrematação, na forma do **art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional**.

DÉBITO EXEQUENDO:	R\$ 543.369,67 (Ago/2026)
-------------------	---------------------------





DATAS DO LEILÃO: A 1ª Praça terá início em **03 de novembro de 2026, às 15 horas**, e será encerrada em **06 de novembro de 2026, às 15 horas**, sendo admitidos lances iguais ou superiores ao valor atualizado da avaliação. Não havendo lance nas condições estabelecidas para a 1ª Praça, a **2ª Praça terá início imediatamente após o encerramento da primeira**, em **06 de novembro de 2026, às 15 horas**, e será encerrada em **03 de dezembro de 2026, às 15 horas**, sendo admitidos lances iguais ou superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado da avaliação.



CONDIÇÕES DE VENDA: Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance válido, observadas as condições estabelecidas neste Edital e na decisão judicial que autorizou a alienação. No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor atualizado da avaliação do imóvel. Não havendo lance válido durante o período do primeiro pregão, terá início o segundo pregão, no qual serão admitidos lances não inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor atualizado da avaliação. Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). **Serão admitidas propostas de arrematação parcelada**, exclusivamente por meio eletrônico, pelo sítio eletrônico do Leiloeiro Oficial (www.pulseleiloes.com.br), observadas as disposições do artigo 895 do Código de Processo Civil. O interessado poderá apresentar: **(a) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; ou (b) até o início da segunda etapa, proposta por valor não inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação atualizado, ou 80% (oitenta por cento) do valor da avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz.** A proposta deverá conter **sinal não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da proposta**, sendo o saldo remanescente parcelado em até **30 (trinta)** meses, observadas as demais condições previstas no artigo 895 do Código de Processo Civil. O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, será declarada vencedora a proposta mais vantajosa, assim compreendida, de maior valor; ou em propostas de iguais condições, será declarada vencedora a proposta formulada em primeiro lugar (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC)



LEILOEIRA: O leilão será realizado pela Leiloeira Pública Oficial, **MAYARA TURINA LOTERIO**, matriculada na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.230, através do site da PULSE LEILÕES (www.pulseleiloes.com.br). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no referido portal, com fundamentação nos artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ.



PREFERÊNCIA DE AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).



ARREMATACÃO PELO CRÉDITO: Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).



QUOTA-PARTE: Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).



PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 03 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

Não sendo realizado o depósito da oferta no prazo estipulado e/ou o pagamento de sua comissão, o leiloeiro comunicará o fato ao MM. Juiz responsável, informando os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação judicial, sem prejuízo da aplicação de sanção prevista no art. 897 do novo CPC, ao arrematante remisso. Além disso, arcará o arrematante remisso, com todos os ônus e implicações, decorrentes de sua omissão, inclusive, para a obtenção de novos documentos e ressarcimento das despesas, para a realização da praça. O inadimplemento, autoriza o exequente, a pedir a resolução da arrematação ou promover em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos, serem formulados nos autos da execução, em que se deu a arrematação. (Art. 895, § 4º e 5º do CPC).



COMISSÃO DO LEILOEIRO: O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante PIX, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária da Empresa Gestora: **PULSE LEILÕES**, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

A comissão da leiloeira, não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se, a arrematação for desfeita por determinação judicial, ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas.



DO CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DA PRAÇA APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL: Nos termos do Art. 7º, § 3º da Resolução nº 236 do CNJ, caso a(s) praça(s) seja(m) cancelada(s)/suspensa(s) após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido o reembolso das despesas suportadas pelo leiloeiro, que serão pagas pela parte requerida ou aquela que der causa ao cancelamento.



FRAUDE EM LEILÃO: Não será permitida a desistência da arrematação. Na ausência dos pagamentos referente ao lance e comissão do leiloeiro dentro do prazo estipulado, poderá configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado a pagar a comissão de 5% (cinco por cento), do lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.



RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE: O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados (artigo 7º do Provimento CSM nº 1625/2009). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).



SUB-ROGAÇÃO DOS DÉBITOS E PLURALIDADE DE CREDORES: O arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

é cópia do original, assinado digitalmente por RUBENS GONCALVES MOREIRA JUNIOR e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 10/09/2026 às 20:53, sob o número WPIN original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0019414-68.2011.8.26.0011 e código uHVmZZYF.



ACRÉSCIMO DE TEMPO: Sobrevindo lances nos três últimos minutos, antecedentes ao término do Leilão, o horário de fechamento do Leilão será prorrogado por mais 03 (três) minutos e sinalizado para que todos os usuários habilitados tenham a oportunidade de ofertar novos lances. Transcorridos 03 (três) minutos do último lance o Leilão será encerrado e este declarado o vencedor.



FORMALIZAÇÃO DA ARREMATACÃO: A alienação será formalizada por meio de termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).



IMISSÃO NA POSSE OU ENTREGA DO BEM: A imissão na posse e desocupação do imóvel ou entrega do bem (quando se tratar de bens móveis) são feitos dentro do processo em que é realizada a Hasta Pública, no qual o Juiz delegará um Oficial de Justiça, que dotado de um mandado judicial e juntamente ao Arrematante, realizará a desocupação do bem ou entrega, de modo que o bem arrematado será desocupado ou transferido, assegurando a propriedade nos termos do artigo 1.228 do Código Civil.



PRORROGAÇÃO: O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto no item “datas do leilão”, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense. Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão conforme previsto no Item “datas do leilão”, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, nos termos deste edital (artigo 900 do CPC).



ALIENAÇÃO PARTICULAR: Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compra do correspondente ativo, estas obedecerão estritamente aos termos do item “Condições de Venda” deste Edital.

CONTATO DO LEILOEIRO E PUBLICIDADE DO EDITAL

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório da leiloeira, localizado na Rua Cláudio Soares, 72, conjunto 1310, Pinheiros, CEP: 05422-030, endereço eletrônico contato@pulseleiloes.com.br, Celular/WhatsApp (11) 5026-5664. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Pulse Leilões, no seguinte endereço: www.pulseleiloes.com.br.



PUBLICAÇÃO: A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

São Paulo, 10 de setembro de 2026.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DRA. VANESSA BANNITZ BACCALA DA ROCHA
JUÍZA DE DIREITO